

## NOVOS USOS DA FRONTEIRA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA: EXPECTATIVAS DE CONSTRUÇÃO E ENSAIOS DE COOPERAÇÃO

**Paula Gabriele Sena dos Santos<sup>1</sup>**

Email: aluapgabriele@yahoo.com.br

**Jadson Luís Rebelo Porto<sup>2</sup>**

jadsonporto@yahoo.com.br

1

### RESUMO

O presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre o processo histórico da dinâmica e da produção espacial do atual estado do Amapá, bem como os acordos de cooperação entre Brasil e França, em especial, Amapá e Guiana Francesa, fato este que marca o início dos *novos usos político-territoriais da fronteira franco-amapaense*. Este trabalho é composto pelos seguintes tópicos: Inicialmente tece reflexões sobre a construção da fronteira Amapá-Guiana Francesa como fronteira de separação e o Território Federal do Amapá como um Estado em Embrião. Em seguida, aborda breves considerações sobre o Amapá como um Estado em construção. Posteriormente, discute a interação espacial entre Amapá e Guiana Francesa embasada em expectativas para integração e ensaiando suas cooperações transfronteiriças.

**Palavras-Chave:** Fronteira. Novos Usos Fronteiriços. Ensaio de Cooperação Transfronteiriça. Amapá-Guiana Francesa.

### INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá é um dos 26 estados brasileiros e possui 16 municípios, sendo Macapá sua capital. Seu território corresponde a uma área de 143.358 Km<sup>2</sup>, o que representa 1,68% do território nacional e 2,7% da Amazônia Legal. Localizado no extremo norte brasileiro, faz fronteira com dois países, a França (via Guiana

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – PPG/MDR. Integrante do Grupo de Pesquisa Percepções do Amapá.

<sup>2</sup> Doutor em Economia. Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON).

Francesa, identificando-se como a maior fronteira francesa, com 662 km, ) e o Suriname.

O presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre o processo histórico da dinâmica e da produção espacial do atual estado do Amapá, bem como os acordos de cooperação entre Brasil e França, em especial, Amapá e Guiana Francesa, fato este que marca o início dos *novos usos político-territoriais da fronteira franco-amapaense* (SILVA, 2008; 2010). O objetivo trabalho é analisar o processo de interação entre o Amapá e a Guiana Francesa a partir das expectativas criadas e dos ensaios de cooperação estabelecidos na construção após a década de 1990.

Este trabalho é composto pelos seguintes tópicos: Inicialmente tece reflexões sobre a construção da fronteira Amapá-Guiana Francesa como fronteira de separação e o Território Federal do Amapá como um Estado em Embrião. Em seguida, aborda breves considerações sobre o Amapá como um Estado em construção. Posteriormente, discute a interação espacial entre Amapá e Guiana Francesa embasada em expectativas para integração e ensaiando suas cooperações transfronteiriças.

## **O VELHOS USOS DA FRONTEIRA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA: A FRONTEIRA DE SEPARAÇÃO**

No período colonial brasileiro, vários fortes, fortins e fortalezas, foram construídos por Portugal, Inglaterra, Holanda e França em pontos estratégicos localizados em vários pontos da Amazônia (NASCIMENTO, 2010; MEIRA MATOS, 1980). Para aqueles construídos em terras amapaenses, o objetivo de suas construções foi para garantir a ocupação, a defesa e a exploração das potencialidades das terras amapaenses frente aos conflitos que ocorriam entre Portugal e outras nações européias como França, Espanha, Inglaterra e Holanda (ALICINO, 1971; ARAÚJO, 1999; ROMANI, 2003).

Desde o século XVIII há registros de litígio ocorreram entre Brasil e França a partir da indeterminação de suas fronteiras. Em torno desse conflito a diplomacia da França e de Portugal e, posteriormente, do Brasil empenharam-se num debate só

terminado quase duzentos anos depois de seu início. O conflito pelas terras da margem esquerda do Rio Amazonas entre Portugal e França inicialmente foi resolvido diplomaticamente pelo Tratado de Utrecht (1713), mas não definitivamente estabelecido (ARAÚJO, 1999; PORTO, 2006; 2007). Tal definição somente foi estabelecida em 1900, pelo Laudo de Berna, e demarcada efetivamente somente na década de 1960 (PORTO, 2006).

Esta definição precária quanto à demarcação definitiva da fronteira foi fundamental para que a região fronteira amapaense começasse a receber incentivos quanto à sua ocupação, pela criação do Território Federal do Amapá (1943), na instalação de infraestruturas neste novo ente federativo (PORTO, 2007), na descoberta de reservas minerais neste espaço (Ouro, manganês, ferro, caulim, tantalita, cromita) e a criação de condições infraestruturais para sua exploração. A articulação espacial entre Amapá e a Guiana Francesa apresentava-se inexistente.

### **O TERRITÓRIO FEDERAL AMAPÁ: UM ESTADO EM EMBRIÃO (1943-1988)**

Com a Constituição brasileira de 1937, nasce em moldes legais à idéia de criar Territórios Federais. Com isso, iniciou-se outra etapa nas transformações espaciais da Amazônia, principalmente no que diz respeito ao *“domínio, ocupação e apropriação dos recursos naturais da região Amazônica”* (BRITO, 2005, p. 22), embasado em ações de políticas públicas, principalmente, e sob a justificativa oficial (Governo Federal) da ideologia da *Defesa Nacional*.

Saliente-se, contudo, que a primeira experiência deste ente federativo ocorreu em 1904, com o Território Federal do Acre, apresentando algumas particularidades, como por exemplo: não foi desmembrado, e sim anexado (PORTO, 2007); e sua origem, que ocorreu devido à *“uma estratégia do governo para garantir a economia da borracha naquela parte norte do país”* (BRITO, 2005, p.22).

Após a instituição legal do Território Federal do Amapá, em 1943, pode-se analisar o histórico econômico deste, em três períodos: *“gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988)”*(PORTO, 2007, p. 114). Esta divisão justifica-se, pela análise das ações do

governo e das empresas privadas na aplicação de investimentos na região; e na nova configuração espacial tomada pelo Amapá, decorrente do aumento dos movimentos migratórios e de sua urbanização.

No primeiro período, percebe-se que os investimentos da União, juntamente a influência de capital estrangeiro, entreveram o início de uma nova fase na exploração dos recursos naturais e minerais, quer dizer, um novo processo de apropriação das riquezas da Amazônia. A função da União foi de instalar condições de implantação de infra-estrutura para a circulação do capital no espaço amazônico, em especial nos entes federativos fronteiriços.

O segundo, está diretamente influenciado pelo Decreto-Lei 411/1969 (PORTO, 2007, p. 128), definindo que os Territórios Federais teriam suas administrações desempenhadas por Programas Plurianuais (PPA), tentando incluir os mesmos no planejamento regional, conceituando-os juridicamente e definindo orientações político-administrativas para seu funcionamento. Neste período, foram implantadas ações infraestruturais de fundamental importância para as dinâmicas espaciais amapaenses, tais como: a implantação da BR 156 – ligando inicialmente Macapá-Oiapoque; a conclusão da UHE Coaracy Nunes (1976); e a inserção de unidades de conservação em território amapaense, construindo espaços de restrição de uso de seu território na sua dinâmica e organização espaciais. Foram criadas as seguintes unidades de conservação: o Parque Nacional do Cabo Orange; a Reserva Biológica do Lago do Piratuba; e a Reserva Biológica da Fazendinha, criada em 1984, hoje esta se configura como Área de Proteção Ambiental (APA).

O terceiro período, diz respeito ao estágio da transformação em Estado. O então “Estado em embrião”, nasceu. Com isso, novas dinâmicas administrativas, políticas e territoriais foram instaladas e estabelecidas, tais como: a ampliação da inserção ambiental em suas políticas de desenvolvimento e de uso do território; a busca pela integração transfronteiriça com a Guiana Francesa; ampliação das ações políticas referendadas pelo sufrágio a novas categorias administrativas do poder público (Deputados Estaduais e Federais; Governador e Senador); a criação de instituições políticas, a exemplo da Assembléia legislativa; a busca de alternativas econômicas (Área de Livre Comércio de Macapá e Santana; Zona Franca Verde); a

saída da empresa Indústria de Comércio e Minerais (ICOMI); a implantação de programas governamentais; dentre outros.

## **O ESTADO DO AMAPÁ: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DE UM ESTADO EM CONSTRUÇÃO**

Após a sua estadualização, em 1988, consideráveis transformações na “*forma-conteúdo*” de seu território tem sido responsáveis por novos arranjos, formatação, configuração e na sua função espaciais. A criação de novas unidades de conservação, algumas delas de grande dimensões, a exemplo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, após a década de 1990, criaram mais espaços de restrição e, com isso, diminuíram os espaços de expansão urbana, gerando elevada concentração de terras urbanas.

A configuração do Estado do Amapá como espaço de restrição a partir das demarcações institucionais de terras indígenas e unidades de conservação, originou uma sobreposição de territórios, vinculado à forma como o Amapá foi administrado. Enquanto Território Federal, suas diretrizes administrativas e os planos de desenvolvimento local tinham como origem as decisões da União. O ordenamento territorial seguiu essa mesma forma de gestão territorial. Não havia liberdade e autonomia e, assim, o território amapaense foi seguindo sua estruturação sempre sob a tutela do Governo Federal e dos interesses da elite local transformando o Amapá em um mosaico de territórios sobrepostos, identificado por Araújo (2010) como “*palimpsesto territorial*”.

A formação espacial do Amapá se deve em grande parte aos variados planos de ordenamento territorial que o Amapá esteve sujeito, com maior ênfase enquanto Território Federal. Nem mesmo a estadualização do Amapá foi capaz de mudar esse cenário que lhe conferiu singularidade, pois ainda não estão claras as diretrizes para o espaço amapaense, ou seja, como conduzi-lo rumo ao desenvolvimento econômico ou como aproveitar suas potencialidades naturais (ARAÚJO, 2010).

A formação econômico-social do Amapá tem sido marcada por seu forte vínculo às decisões do Governo Central e sua forte dependência das Transferências Federais. Além disso, também se destaca a influência do capital internacional através da atuação de empresas que desenvolvem atividades industriais neste estado, o qual passou a se inserir no cenário mundial enquanto fornecedor de matéria-primas. Somado a isso temos a intensificação da livre comercialização de bens de consumo importados na sua capital, em que suas negociações, oriundas de indústrias estrangeiras, atendem às necessidades do capital internacional; e por último, ressalta-se a busca por um desenvolvimento sustentável.

Comparando o estado do Amapá à época em que era Território Federal, o que percebemos é que a dependência econômica ainda continua. Porém, esta dependência ainda é expressiva no estado o que pode gerar riscos como a vulnerabilidade em momentos de crise de financiamento dos governos, como por exemplo, a possibilidade de atraso em pagamentos dos servidores e de fornecedores da máquina pública o que provocaria uma crise com grandes consequências para a todas as camadas sociais deste estado (CHELALA, 2008).

É fato que, essa dependência econômica e os *ajustes espaciais* no Amapá para atuação do capital internacional, estão relacionados ao interesse das elites locais, pactuados aos interesses de grandes empresários. O que existe no Amapá é a pacto de alianças para manter a elite no poder, construídas gradativamente à medida que o território amapaense vem se consolidando. Essas elites (tradicional e moderna) se perpetuam e travam as possibilidades de um real desenvolvimento para o Amapá (PORTO, 2011).

Para Santos (2006), a cada sistema temporal o espaço muda. Sendo assim, o Amapá apresenta, atualmente, arranjos espaciais e funcionalidades diferentes daquelas que existiam enquanto Território Federal, porém a elite é a mesma, ela se perpetua no que se refere à forma de pensar e agir pautada na exportação de *commodities* primárias e importação de produtos manufaturados, ou seja, a elite do Amapá não é uma elite industrializante, mas sim uma elite industrializada, cujo espírito é de consumir produtos que vem de fora e por isso pouco se incentiva em ciência e tecnologia neste estado.

Portanto, podemos dizer que o Amapá é um estado novo que vem construindo sua história moldada a partir dos interesses das elites locais, do capital internacional, dos movimentos sociais e da política do *contra-cheque* e do empenho. Por outro lado apresenta grandes potencialidades e sua inserção na economia mundo está assentada na exploração e exportação de minérios e importações de produtos industrializados.

### **INTERAÇÃO ESPACIAL ENTRE AMAPÁ E GUIANA FRANCESA: EXPECTATIVAS PARA INTEGRAÇÃO E ENSAIOS DE COOPERAÇÃO**

A integração do Amapá a outras economias internacionais tem como elemento fortalecedor os acordos de cooperação internacional entre Brasil, pelo estado do Amapá, e França, pela Guiana Francesa, cujo primeiro passo foi a assinatura do Acordo-Quadro, em 1995. Este Acordo tem garantido o estabelecimento de *novos planejamentos territoriais* para a fronteira franco-brasileira (SILVA, 2008), mediante a uma série de iniciativas institucionalizadas de integração e cooperação. Com isso, percebe-se mudanças de comportamento de relações fronteiriças para relações transfronteiriças.

A construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, a pavimentação da BR-156 e a implantação da banda larga no estado do Amapá via Guiana Francesa são os elementos mais tangíveis entre as ações de cooperação regional entre Brasil e França. No entanto, estas são apenas três de uma série de medidas, politicamente pensadas e que estão ditando novos ritmos ao espaço amapaense.

Ressalta-se que o Amapá possui uma posição estratégica para o território nacional, seja pela defesa de sua fronteira Norte ou pela posição litorânea perto dos mercados caribenhos e pela vizinhança com a Guiana Francesa, o que possibilita não só a união entre mercados dos países sul-americanos do Platô das Guianas (IIRSA, Pacto Amazônico), como também contatos econômicos entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União de Européia (UE). Por outro lado, em virtude da posição privilegiada que possibilita a ligação do Brasil a outros continentes, é que a IIRSA contempla o estado do Amapá com as seguintes obras a) construção do Porto de Santana; b) asfaltamento da BR 156; e c) construção de uma Ponte Binacional, sendo estas duas últimas pensadas para o município de Oiapoque

(www.iirsa.org). Tais obras constituem-se grandes projetos de infraestrutura que compõe o portfólio de investimentos brasileiros vinculados aos Eixos Nacionais de Integração e de Desenvolvimento (ENID) os quais são fortemente articulados às diretrizes estabelecidas pelos governos dos doze países sul-americanos para a IIRSA (CARVALHO, 2006; SILVA, 2008).

Vale frisar que, de acordo com SILVA (2008), a IIRSA não possui uma visão integrada de desenvolvimento, que abarque todas as esferas sociais e superficiais do subcontinente, como por exemplo, a pouca perspectiva de desenvolvimento para a fronteira amapaense, se esta não se fizer forte na convergência de insumos técnicos e humanos, que lhe forneça um ambiente de desenvolvimento e envolvimento. Comparando França e Brasil na maneira de pensar e construir seus planejamentos em políticas públicas verificamos que ambos pensam de forma distinta. O primeiro pensa de maneira integrada tanto a elaboração quanto a execução de suas políticas públicas, estas dialogam entre si e convergem para o mesmo objetivo de desenvolvimento. O segundo, ao contrário, não pensa de forma integrada, pois na maioria das vezes seus projetos, programas e políticas falham na implementação como planejado ou tem impactos negativos inesperados não atingindo, portanto, seus objetivos de desenvolvimento

Assim como o extremo norte brasileiro é contemplado com políticas territoriais propostas pela IIRSA, também a Guiana Francesa é respaldada com uma série de políticas públicas de cunho territorial para sua fronteira com o Amapá. Porém, as políticas públicas da IIRSA não dialogam com aquelas propostas pela UE/França para sua região ultraperiférica, a Guiana Francesa, pois a IIRSA não contempla a Guiana Francesa, embora seja uma iniciativa de integração para América do Sul.

O antagonismo está presente não só no discurso da IIRSA, mas também nos acordos de cooperação internacional entre o Amapá e a Guiana que esbarram em questões específicas de cada país como, por exemplo, normas de vigilância sanitária, comércio, transporte, transbordo, controle fitossanitário e migração (SILVA, 2008). Tal realidade reflete uma relação pautada ainda na interação e não na integração. Segundo Silva (2007, p. 82).



*As barreiras administrativas constituem um obstáculo essencial a qualquer forma de cooperação e sua flexibilidade ou adaptação constitui uma medida de extrema importância, ao mesmo tempo, uma necessidade imperiosa a fim de assegurar operativamente a cooperação. De outro lado, os vistos de entrada na Guiana Francesa e o custo de transportes, acrescentados ao preço elevado das passagens de avião entre aquele Departamento e o Brasil, bem como os constrangimentos administrativos na ida de empresários, pesquisadores e personalidades para a Guiana Francesa, também travam a cooperação. Outro fator é a normatização européia imposta aos produtos importados para a Guiana, a qual reduz a entrada de produtos não europeus no território guianês-francês.*

A UE para as relações internacionais da Guiana Francesa com seus países limítrofes objetiva a cooperação territorial deste departamento, incentivando uma interação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, de tal forma que os países vizinhos possam contribuir para o desenvolvimento desta região. No entanto, além dos entraves narrados na citação acima, também temos, do lado brasileiro, limites aos acordos de cooperação, como a divergência de interesses ou de preocupações e a mudança de governo promovido pelo Governo Federal que, conseqüentemente, gera a modificação da equipe dirigente do Estado e das principais instâncias de decisão (FRANÇA, 2007).

Com base nas políticas públicas europeias, posteriores ao Acordo-Quadro, que vem sendo pensadas pela UE/França de maneira específica para a Guiana Francesa, é que destacar-se-á para este trabalho: a) os programas de iniciativa comunitária (INTERREG III e IV) e b) o Programa Operacional Amazônia (POAmazônia). Diferentemente da IIRSA, ambos integram em suas políticas o território brasileiro através, especialmente, do Amapá

### **PROGRAMAS DE INICIATIVA COMUNITÁRIA – INTERREG III e IV.**

O Estado do Amapá é a única zona de contato na América do Sul que conecta dois programas internacionais de desenvolvimento (IIRSA e INTERREG). Os INTERREG III e IV, visam promover a coesão econômica e social das regiões ultraperiféricas através de financiamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período de 2000/2006 e 2007/2013, respectivamente. Os objetivos prosseguidos têm

como finalidade, numa primeira fase, reduzir o déficit de acessibilidade dessas regiões não só em relação ao continente europeu como também entre as regiões ultraperiféricas e no interior do respectivo território e, numa segunda fase, apoiar a competitividade das suas empresas (CEM, 2005; CE, 2010).

O INTERREG III vem na sequência da experiência dos anteriores (INTERREG I e II), que é ampliar suas propostas de integração inserindo o Caribe em suas propostas. Este programa compreende três vertentes de cooperação, a saber, conforme (CEM, 2005):

1) Vertente A, cujo objetivo é desenvolver a cooperação econômica e social através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento;

2) Vertente B, mais focada na cooperação entre grandes grupos de regiões europeias com o objetivo de prosseguir o desenvolvimento e uma maior integração territorial na UE e com os países limítrofes; e

3) Vertente C, considerada a mais centrada nas interações com países que fazem limite com a Guiana Francesa, como é o caso do Brasil, pelo estado do Amapá. Visa promover a cooperação entre os países vizinhos para aumentar a coesão e o desenvolvimento regional mediante a constituição de redes geográficas.

Por sua vez, através do INTERREG IV a União Europeia (UE) disponibilizou recursos financeiros que visam consolidar a coesão social e econômica através de apoio a projetos e atividades em três eixos: 1) projetos transfronteiriços; 2) projetos transnacionais e 3) projetos inter-regionais. Este último contempla diretamente as interações com o Amapá, visando a promoção da eficiência da política regional através da cooperação, da criação de redes e de troca de experiência entre entidades regionais e locais.

Com base nisso, duas prioridades principais se destacam na política deste último INTERREG, quais sejam: 1) a inovação e economia do conhecimento e 2) ambiente e prevenção de riscos (CEM, 2005; CE, 2010).

### **PROGRAMA OPERACIONAL AMAZÔNIA (POAMAZÔNIA).**

A Comissão Europeia aprovou em 27 de março de 2008 o POAmazônia, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este

programa marca a Cooperação Territorial da política de coesão europeia (2007-2013) para a Guiana Francesa, designada pela França como autoridade de gestão do programa em nome do conjunto dos seus parceiros franceses na América do Sul, ou seja, Suriname e os Estados brasileiros do Amapá, Amazonas e Pará (FRANÇA, 2007).

O objetivo estratégico de cooperação transfronteiriça do POAmazônia é o *“desenvolvimento territorial das zonas transfronteiriças, a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural amazônico, o desenvolvimento das atividades econômicas transfronteiriças e a coesão social”* (BRUXELAS, 2008, p. 1). Para a UE, o POAmazônia através de diversos projetos de cooperação entre Brasil e França, em especial Amapá e Guiana visa promover o desenvolvimento da Guiana Francesa, integrando-a a seus países vizinhos (Suriname e Brasil).

A política de coesão do POAmazônia deve favorecer, conforme França (2007), uma real contribuição para se alcançarem os seguintes objetivos prioritários: a) Convergência, b) competitividade regional e emprego e c) Cooperação territorial europeia. Os programas referentes a este último objetivo inserem-se na continuidade dos programas da iniciativa comunitária INTERREG da programação 2000-2006.

Estima-se que o POAmazônia deva permitir, sobretudo, a realização de ações de promoção em matéria de gestão sustentável dos ecossistemas amazônicos, de ações destinadas a reforçar a capacidade de atração do espaço amazônico, em especial, desenvolver atividades turísticas, de ações de promoção das produções locais e de estabelecimento de programas de investigação comuns.

Além disso, este programa pretende de forma semelhante aproximar as populações, criando cerca de trinta redes transfronteiriças focadas nos seguintes aspectos: a) interesses de cooperação em matéria de desenvolvimento econômico e de emprego, de turismo (questão dos vistos de entrada na Guiana Francesa), b) de cultura (semanas culturais comuns) e de desporto, c) de ensino superior e de pesquisa (intercâmbio de estudantes e pesquisadores), de ambiente (biodiversidade) e de desenvolvimento sustentável (FRANÇA, 2007).

As prioridades em que se assenta o POAmazônia e seus respectivos objetivos podem ser melhor detalhados no (Quadro 1) .

<p><b>1- Estruturação dos territórios transfronteiriços e desenvolvimento sustentável</b></p>	<p>Tem por objetivo conhecer, preservar e gerir melhor o patrimônio natural comum, bem como promover um desenvolvimento territorial equilibrado e melhorar o enquadramento e as condições de vida nos territórios transfronteiriços.</p>
<p><b>2- Atividades econômicas transfronteiriças e capacidade de atração do espaço de cooperação</b></p>	<p>Sua finalidade é incentivar e controlar a integração transfronteiriça, valorizando as complementaridades a nível das atividades econômicas em especial, no domínio do turismo e da cooperação das empresas, da inovação e do capital humano.</p>
<p><b>3- Aproximação das populações e serviços transfronteiriços</b></p>	<p>Trata-se de ajudar as populações a conhecer-se e compreender-se melhor, num contexto geográfico específico, alargando o âmbito da cooperação transfronteiriça ao grande público, mediante projetos federais nos domínios da cultura, da educação, da formação e da comunicação.</p>
<p><b>4- Assistência técnica</b></p>	<p>Esta prioridade facultará um apoio à instauração de um sistema de gestão, acompanhamento e controle eficaz, para avaliação dos programas e projetos, assim como para a comunicação e as ações de publicidade do programa.</p>

Quadro 1 – Prioridades do programa operacional Amazônia  
 Fonte: Bruxelas (2008). Org. Paula Gabriele Sena dos Santos.

Vale ressaltar que, a singularidade que a dinâmica das cidades gêmeas Oiapoque e Saint George apresentam, por seus aspectos culturais e geográficos comuns, revelam a importância de se ter políticas públicas voltadas para desenvolver de forma integrada o turismo nessa região, o que já é proposto pelo POAmazônia. Sendo assim, o município de Oiapoque se caracteriza com forte potencial de desenvolvimento, mas que precisa de investimentos públicos e privados, principalmente porque com a futura inauguração da ponte binacional, Oiapoque sofrerá incidência direta dessa nova dinâmica que tem concentrado as atenções de ambos os lados e motivou um debate entre diferentes atores.

Tais contextos tem corroborado para a construção da condição fronteiriça amapaense e se trata de uma estratégia territorial com diversos efeitos em diferentes escalas geográficas, alguns muito complexos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a fronteira de outrora visou garantir a ocupação, a defesa e a exploração das suas potencialidades frente aos interesses internacionais de expansão de áreas de influência. Com as grandes navegações, a novidade concentrava-se na expansão de áreas não integradas ao continente europeu e distantes dele. A fronteira se expandiu da terra para os mares. Os países localizados no litoral, neste sentido, possuem uma relação mundial, a partir das navegações. Os seus espaços relacionais transfronteiriços, neste sentido é o mundo a partir das cidades portuárias.

A localização do estado do Amapá tem estimulado alguns debates sobre sua condição fronteiriça, a (des)construção de sua fronteira pela busca da integração do Platô das Guianas, a criação de entes federativos fronteiriços, e a sua (des)organização espacial decorrente dos novos usos da fronteira em construção.

A busca pela *Defesa Nacional*, tem sido substituída pela busca da integração visando a competitividade. Ou seja, a fronteira de outrora, de separação, agora busca a integração. Assim sendo, infraestruturas são instaladas para estimular tal processo.

Por outro lado, a inserção da questão ambiental nas discussões das políticas públicas da fronteira amazônica, inseriu um novo elemento no debate: o espaço restringido em seu uso. Com a criação de unidades de conservação e de reservas indígenas, o uso do espaço amazônico, em particular o amapaense, tem redefinido planos de investimentos governamentais e privados. Contudo, a exploração de suas matérias-primas, em especial o minério, continua a pleno vapor.

As relações transfronteiriças do Estado do Amapá com o platô das Guianas vai para além da conectividade Amapá-Guiana Francesa. Ela também representa: a única zona de contato na América do Sul que conecta dois programas internacionais de desenvolvimento (IIRSA e INTERREG); a conexão de dois blocos econômicos

(Mercosul e União Européia); a construção de uma nova relação transfronteiriça, que não se reduz aos limite de separação entre esses espaços, o rio Oiapoque, mas ampliaram-se e constrói-se o eixo Macapá-Caiena.

Assim sendo, desde meados da década de 1990, a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa tem sido trabalhada não mais como fronteira de contenção, mas como uma fronteira de cooperação que a cada novo acordo bilateral se mostra cada vez mais articulada em redes geográficas, se assentado em ações político-institucionais e em intenções de reorganização territorial, implicando em novas dinâmicas e/ou novos usos desse território.

## REFERÊNCIAS

ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá. **Matriz de temas de interesse regional na Cooperação Transfronteiriça**. 2010.

ANDRADE, R. F de. **Malária e migração no Amapá**: projeção espacial num contexto de crescimento populacional. Belém: NAEA, 2007.

ALICINO, P. R. **Clevelândia do Norte** (Corajosa e patriótica iniciativa pela nacionalização e povoamento das fronteiras do Ex-Contestado Franco - Brasileiro, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971, p.136 pp (Pub. 420 - Col.Taunay).

ARAÚJO, J. A G. **Rio Branco e as Fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília: Senado Federal, 1999).

ARAÚJO, M. W. **Configuração do espaço amapaense**: um mosaico de territorialidades (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional). Macapá: UNIFAP/PPG/MDR, 2010). Orientador: Prof. Dr<sup>o</sup>. Jadson Luis Rebelo Porto.

BRITO, D. A produção do espaço amapaense e a gestão dos recursos naturais. *In*: PORTO, J.L.R. (Org.) **Amapá Aspectos de uma Geografia em Construção**. Macapá: 2005. CD-ROM.

BRUXELAS. **Programa Operacional Amazônia 2007-2013**: França – Guiana. MEMO/08/387, jun 2008.

BRASIL. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério

da Integração Nacional, 2005. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/publicacoes>. Acesso em 10/012/2011.

CE. Comissão Europeia. **Primeiro Fórum da ultraperiferia europeia**. Bruxelas, mai, 2010. Disponível em: [ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/rup2010](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/rup2010). Acesso em 09/07/ 2011.

CEM – Conselho Empresarial da Madeira. **Estudo sobre PME, Ultraperiferia e artigo 299º da Tratado da União Europeia**. Relatório Final. Fund Europa, fev 2005. Disponível em: [www.aicopa.pt](http://www.aicopa.pt). Acesso em: 17 de abr de 2011.

CARVALHO, G. **Oiapoque**: uma parábola na floresta - estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia Legal. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará (UFPA). Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Edna Maria Ramos de Castro.

CHELALA, C.A. **A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP/PPG/MDR, 2010). Orientador: Prof. Dr<sup>o</sup>. Jadson Luis Rebelo Porto. Macapá. Editora: PUBLIT, 2008.

DRUMMOND, J. A. ; PEREIRA, M. A. **O Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de estado amazônico (1943 - 2000). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FRANÇA. **Coopération Territoriale Européenne 2007–2013**. Programme de coopération. transfrontalière. Amazonie. Programme opérationnel. Document de travail. Version 17 Août 2007. Disponível em : [www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf](http://www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf). Acesso em 17 abr. 2011.

FORTUNA, M. A problemática das regiões ultraperiféricas. In: COSTA, J.S.; NIKAMP, P. **Compêndio de Economia Regional**. Cascais: Principia, 2009. Vol. 1.

GUERRA. A. T. **Estudo Geográfico do Território do Amapá**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1954.

ICMBio – Instituto Nacional Chico Mendes. **Diversos Documentos**. 2011.

IEPA – **Instituto de Estudo e Pesquisas do Amapá**. Macrodiagnóstico do estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE. Equipe Técnica do ZEE – AP. 3. Ed. Ver. ampl. – Macapá: IEPA, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados populacionais. 2010. Disponível em < [www.ibge.gov.br/home/estatística/população/estimativa](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/estimativa) >. Acesso em 10 nov. 2011.

MEIRA MATOS, CARLOS. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

NASCIMENTO, D. M. **A Defesa da Amazônia nos Tempos de Ocupação**. In: NASCIMENTO, D.M. (Org). *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. NAEA/UFPA, 2010.

PORTO, J. L. R. **(Re) construções amapaenses**: 60 anos de transformações espaciais. Série Percepções do Amapá, Vol. 4. Macapá – AP, 2006. Disponível em [jadsonporto.blogspot.com](http://jadsonporto.blogspot.com).

\_\_\_\_\_. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000. 2º ed. Macapá: Edição do Autor, 2007.

\_\_\_\_\_. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, J.L.R.; NASCIMENTO, D. M. **Interações fronteiriças no Platô das Guianas**: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Publit, 2010. p. 139 -159.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos em sala de aula**: disciplina sobre o *Amapá: organização e formação do espaço*, ministrada na turma 2011 do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, no segundo semestre de 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Martins, 1942.

ROMANI, C. **Clevelândia, Oiapoque** – Aqui começa o Brasil! Transitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927). 2003, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. MARGARETH RAGO.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985. cap. 4.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, G. de V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. 2008. Dissertação (Mestrado pelo Programa de



Pós Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Arnaldo Ruckert.

\_\_\_\_\_. **Integração Física Sul-Americana:** Redes Técnicas, Território e Escala de Ação no Planalto das Guianas. In: ALMEIDA, A. W. B. & CARVALHO, G (org.). O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. Belém: FASE/COMOVA/UFPA, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Cooperação Transfronteiriça Franco-Brasileira:** Atores e estratégias territoriais na fronteira Amapá/BR - Guiana Francesa/FR (1996-2012). Projeto de Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

VIDAL, L. **Mazagão:** a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins, 2008.